

**IGB ELETRÔNICA S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E  
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**IGB ELETRÔNICA S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

**CONTEÚDO**

Relatório da Administração

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras

Quadro 1 — Balanços patrimoniais

Quadro 2 — Demonstrações de resultados

Quadro 3 — Demonstrações de resultados abrangentes

Quadro 4 — Demonstração das mutações do passivo a descoberto

Quadro 5 — Demonstração dos fluxos de caixa

Quadro 6 — Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações financeiras

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Prezados Acionistas,

Em conformidade com a Legislação em vigor, e com as disposições estatutárias, submetemos à vossa apreciação o nosso relatório sobre as Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores, referente o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Como é sabido, a receita principal da Companhia é auferida através da locação de imóveis em seus três parques industriais, na Zona Franca de Manaus.

A Companhia possui créditos a seu favor, reconhecidos parcialmente na contabilidade, referentes à Taxa CACEX e Taxa Suframa. Tais créditos, quando realizados na sua totalidade, garantirão a solvência da Companhia.

Os créditos contra a Taxa Suframa, por conservadorismo, foram contabilizados apenas sobre os valores incontroversos. Entretanto, a empresa continua discutindo em Juízo valores considerados controversos, que garantem a sua solvência. Adicionalmente, a Companhia vem se endereçando a resolver as pendências dos passivos, utilizando os futuros precatórios.

No tocante ao Passivo Trabalhista, gostaríamos de ressaltar que no passado a Companhia já teve mais de 9.000 funcionários. O passivo trabalhista hoje está reduzido a menos de 180 casos, que a companhia discute na Justiça, por entender que os valores solicitados não são devidos. Isso quer dizer que o potencial Passivo Trabalhista, decorrente daquele nível de empregos anterior está mais de 98% resolvido.

O Passivo Tributário da Companhia, conforme demonstrado em nosso relatório e demonstrações financeiras, foi tratado através de adesão ao Refis, em suas diversas etapas, que criou importantes espaços para sua resolução.

Marca iPhone – O processo movido na Justiça contra a Apple de São Paulo encontra-se suspenso, aguardando decisão final de um processo que corre na Justiça Federal do Rio de Janeiro. A Companhia entrou com dois recursos (Especial e Extraordinário), em virtude de decisões contra a empresa e contra o INPI, na Justiça Federal daquele estado. O primeiro recurso (Especial) foi recebido e o processo irá “subir” para o STJ (Superior Tribunal de Justiça). Quanto ao recurso (Extraordinário), para o STF (Supremo Tribunal Federal), a empresa recorreu da decisão que o negou.

As informações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, originalmente apresentadas nas demonstrações financeiras daquele exercício, foram reapresentadas, em conformidade com o CPC 23, no relatório que apresentou as informações financeiras intermediárias correspondentes ao encerramento do Terceiro Trimestre de 2015. Portanto, informamos que o presente relatório deve ser lido em conjunto com o mesmo.

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da  
**IGB ELETRÔNICA S.A.**  
Amazonas - AM

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **IGB Eletrônica S.A. (“Companhia”)**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Base para opinião com ressalva**

Conforme demonstrado na nota explicativa nº8 – Imobilizado, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía nas rubricas: Terrenos, Edifícios e Instalações, os montantes líquidos de R\$25.608 mil, R\$37.169 mil e R\$1.082 mil, respectivamente, que se referem a imóveis industriais e comerciais situados na Zona Franca de Manaus. Conforme definido pelo CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, os ativos devem estar registrados por valores que não excedam seu valor recuperável (por ativo, ou unidade geradora de caixa), com base na avaliação de sua recuperabilidade pelo “valor do ativo em uso” e/ou “valor justo líquido de despesas de venda”. Decorrente do cenário econômico brasileiro ter se desgastado substancialmente durante o ano de 2015, existem potenciais evidencias que os referidos ativos possam ter sofrido algum tipo de desvalorização, à qual só poderia ser comprovada ou descartada através da realização do *Impairment Test* destes ativos, procedimento o qual não foi realizado pela Administração da Companhia durante o ano de 2015. Desta forma, diante das circunstâncias supramencionadas, não foi possível nos assegurarmos sobre a adequação dos saldos dos supramencionados ativos com relação à sua recuperabilidade (realização), bem como sobre os eventuais impactos que poderiam advir da realização do *Impairment Test* no resultado do exercício de 2015.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos que poderiam advir do assunto comentado no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **IGB Eletrônica S.A.** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*”.

## Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa nº 7, baseada no posicionamento favorável de seus assessores jurídicos, e em decisões definitivas com “transito em julgado” proferidas pelo Supremo Tribunal Federal – STF, cujo “mérito da discussão” foi julgado como procedente à Companhia, encontram-se reconhecidos em 31 de dezembro de 2015, no ativo não circulante, o montante líquido de R\$136.355 mil (créditos com valores “incontroversos”), provenientes de dois processos impetrados contra a Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, pertinentes a cobranças indevidas de taxas sobre importações realizadas pela Companhia durante o período compreendido entre junho de 1991 e dezembro de 1999. Atualmente, apesar da Companhia manter registrado em suas demonstrações financeiras somente a parcela incontroversa do direito aos referidos créditos (parcelas estas que foram devidamente reconhecidas pela própria autarquia - Suframa), o que assegura o tratamento deste ativo como de ganho praticamente certo, nos termos da Deliberação CVM nº 594/09 e CPC 25, o efetivo recebimento dos valores depende de execuções judiciais em andamento e/ou outras formas de negociações com os referidos ativos. Adicionalmente, cabe destacar que a Companhia possui créditos tributários no montante de R\$10.585 mil, registrados no ativo não circulante, os quais encontram-se adequadamente reconhecidos, mas sua realização encontra-se vinculada à ocorrência das seguintes situações, que podem acontecer de forma isolada ou em conjunto: (i) retomada das operações da Companhia (Compensação); (ii) aceitação do pedido de restituição dos valores, já solicitado pela Companhia; e (iii) homologação no Plano de Parcelamento (Refis) da compensação destes créditos com débitos inclusos no referido parcelamento (Nota explicativa nº12). Desta forma, apesar do reconhecimento adequado dos referidos créditos tributários, atualmente não é possível determinar quando e como ocorrerá seu aproveitamento (realização) pela Companhia.

### **Ênfases - Continuação**

O plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia, homologado em junho de 2010, prevê o arrendamento dos bens e da marca “Gradiente”, antiga IGB Eletrônica S.A. à investida CBTD. Entretanto, como as operações da CBTD não foram iniciadas até o momento, conseqüentemente, não geraram caixa mínimo suficiente para pagamento do arrendamento e conseqüente pagamento aos credores da Recuperação Extrajudicial. Neste sentido, a Companhia solicitou aditamento ao plano de Recuperação Extrajudicial para postergar o prazo de início dos pagamentos aos seus credores. Referido pleito foi indeferido pelo juiz da Recuperação Extrajudicial, tendo a Companhia interposto recurso à esta decisão. Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, na hipótese de não provimento ao referido recurso, ainda será cabível à Companhia Recurso Especial junto ao Superior Tribunal de Justiça – STJ e, eventualmente (se houver matéria constitucional), Recurso Extraordinário junto ao Supremo Tribunal Federal - STF. Adicionalmente, conforme comentado na nota explicativa nº 13, a Companhia iniciou renegociações com determinados credores, o que na opinião dos seus assessores jurídicos, em virtude da prolação da sentença de extinção da Recuperação Extrajudicial e decorrente da pendência de julgamento do Recurso de apelação impetrado pela Companhia, possui amparo legal na Legislação aplicável às empresas em Recuperação Extrajudicial, nos termos da Lei 11.101 de 2005. A continuidade normal das operações da Companhia depende do sucesso do plano de reestruturação e/ou dos referidos acordos que atualmente estão sendo celebrados com os credores. Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas nº1 e nº13 às demonstrações financeiras, bem como para a insuficiência de patrimônio líquido (passivo a descoberto) no valor de R\$(713.670) mil, em 31 de dezembro de 2015. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso dessas medidas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro da Companhia e liquidação das dívidas junto aos credores da Recuperação Extrajudicial.

### **Outros assuntos**

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias Abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Amazonas, 13 de maio de 2016.



Ricardo José Patine Filho  
Sócio Diretor  
CRC 1SP252050/O-9  
Verdus Auditores Independentes  
CRC 2SP027296/O-2



**QUADRO 1****IGB ELETRÔNICA S.A.****BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014****(Valores expressos em milhares de reais)**

ATIVO	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>		PASSIVO	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>		<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>CIRCULANTE</b>					<b>CIRCULANTE</b>				
Disponibilidades	220	222	220	222	Fornecedores (nota 9)	3.238	4.367	3.242	4.371
Contas a receber (nota 5)	-	-	-	-	Obrigações sociais e provisões trabalhistas (nota 10)	4.098	3.787	4.656	4.309
Impostos a recuperar (nota 6)	653	612	653	612	Impostos, taxas e contribuições a recolher (nota 11)	28.181	22.331	28.244	22.384
Adiantamentos diversos	738	220	738	220	Impostos parcelados (nota 12)	10	32	18	48
Outras contas a receber	187	174	187	174	Outras contas a pagar	330	228	330	228
Total do ativo circulante	1.798	1.228	1.798	1.228	Total do passivo circulante	35.857	30.745	36.490	31.340
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Taxa Suframa (nota 7)	136.355	122.931	136.355	122.931	Credores - Recuperação Extrajudicial (nota 13)	499.104	456.776	499.103	456.775
Impostos a recuperar (nota 6)	10.585	9.637	10.585	9.637	Fornecedores (nota 9)	36.046	35.315	36.046	35.315
Partes relacionadas (nota 15)	7.358	1.898	-	-	Impostos parcelados (nota 12)	247.865	216.581	248.371	217.122
Depósitos judiciais (nota 14)	6.477	5.748	6.477	5.748	Provisão para contingências (nota 14)	97.957	88.005	100.748	91.502
	160.775	140.214	153.417	138.316	Provisão para perda com investimentos	4.012	4.664	-	-
					Partes relacionadas (nota 15)	19.360	13.496	12.084	11.629
Investimentos	1	1	-	-	Total do passivo não circulante	904.344	814.837	896.352	812.343
Intangíveis	94	94	94	94	<b>PASSIVO A DESCOBERTO (nota 16)</b>				
Imobilizado (nota 8)	63.863	67.780	63.863	67.780	Capital social	41.000	41.000	41.000	41.000
Total do ativo não circulante	224.733	208.089	217.374	206.190	Ajuste de avaliação patrimonial	1.187	1.936	1.187	1.936
					Prejuízos acumulados	(755.857)	(679.201)	(755.857)	(679.201)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>226.531</b>	<b>209.317</b>	<b>219.172</b>	<b>207.418</b>	Total do passivo a descoberto	(713.670)	(636.265)	(713.670)	(636.265)
					<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>226.531</b>	<b>209.317</b>	<b>219.172</b>	<b>207.418</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**QUADRO 2****IGB ELETRÔNICA S.A.****DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014.  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas (nota 17)	8.563	8.342	8.563	8.342
Custos	(979)	(2.281)	(979)	(2.281)
Impostos sobre Vendas	<u>(792)</u>	<u>(772)</u>	<u>(792)</u>	<u>(772)</u>
<b>Lucro bruto</b>	<b>6.792</b>	<b>5.289</b>	<b>6.792</b>	<b>5.289</b>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas gerais e administrativas (nota 18)	(7.601)	(10.165)	(7.601)	(10.192)
Resultado de equivalência patrimonial	652	(551)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (nota 19)	<u>(10.832)</u>	<u>39.391</u>	<u>(10.126)</u>	<u>39.133</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	<b>(10.989)</b>	<b>33.964</b>	<b>(10.935)</b>	<b>34.230</b>
Receitas financeiras	6.517	7.976	6.517	7.976
Despesas financeiras	<u>(72.933)</u>	<u>(62.626)</u>	<u>(72.987)</u>	<u>(62.892)</u>
<b>Receita (despesas) financeiras líquidas (nota 20)</b>	<b>(66.416)</b>	<b>(54.650)</b>	<b>(66.470)</b>	<b>(54.916)</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b><u>(77.405)</u></b>	<b><u>(20.686)</u></b>	<b><u>(77.405)</u></b>	<b><u>(20.686)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**QUADRO 3****IGB ELETRÔNICA S.A.****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Resultado Líquido do Período	<u>(77.405)</u>	<u>(20.686)</u>	<u>(77.405)</u>	<u>(20.686)</u>
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-
(+/-) Resultados Abrangentes de Empresas Investidas				
(=) Resultado Abrangente do Período	<u>(77.405)</u>	<u>(20.686)</u>	<u>(77.405)</u>	<u>(20.686)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**QUADRO 4****IGB ELETRÔNICA S.A.****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Capital social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Reapresentado)	41.000	2.685	(659.264)	-	(615.579)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(749)	749	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(20.686)	-	(20.686)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Reapresentado)	41.000	1.936	(679.201)	-	(636.265)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(749)	749	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(77.405)	-	(77.405)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	<u>41.000</u>	<u>1.187</u>	<u>(755.857)</u>	<u>-</u>	<u>(713.670)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**QUADRO 5****IGB ELETRÔNICA S.A.**
**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014  
 (Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>Das atividades operacionais</b>				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(77.405)	(20.686)	(77.405)	(20.686)
Depreciações e amortizações	3.917	5.346	3.917	5.346
Impairment s/ Ativo Imobilizado	-	6.813	-	6.813
Equivalência patrimonial	(652)	551	-	-
Provisão para contingências	9.952	2.781	9.246	3.039
Provisão para garantia	-	314	-	314
<b>Encargos financeiros:</b>			-	
Tributos a recolher parcelados	31.262	34.550	31.219	35.024
<b>Redução (aumento) de ativos</b>				
Impostos a recuperar	(989)	667	(989)	667
Depósitos judiciais	(729)	(265)	(729)	(265)
Recuperação Extra-Judicial	42.328	(4.629)	42.328	(4.629)
Em contas a receber	(13)	22	(13)	22
Em estoques	-	1.142	-	1.142
Em Adiantamentos diversos	(518)	214	(518)	214
Em impostos a recuperar				
Em taxa suframa	(13.424)	(9.769)	(13.424)	(9.769)
<b>Aumento (redução) de passivos</b>				
Em fornecedores	(1.129)	625	(1.129)	625
Em salários e encargos a pagar	344	(10.934)	380	(10.897)
Em impostos, taxas e contribuições a recolher	5.850	(4.981)	5.860	(5.219)
Em outros passivos	800	(195)	800	(195)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>	<b>(406)</b>	<b>1.566</b>	<b>(457)</b>	<b>1.546</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Mútuos com coligadas e controladas	404	(1.557)	455	(1.537)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento</b>	<b>404</b>	<b>(1.557)</b>	<b>455</b>	<b>(1.537)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(2)</b>	<b>9</b>	<b>(2)</b>	<b>9</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
Saldo inicial de caixa	222	213	222	213
Saldo final de caixa	220	222	220	222
<b>Acréscimo (decréscimo) em caixa</b>	<b>(2)</b>	<b>9</b>	<b>(2)</b>	<b>9</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**QUADRO 6****IGB ELETRÔNICA S.A.****DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>RECEITAS</b>				
Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	8.482	8.302	8.482	8.302
Outras Receitas	<u>81</u>	<u>40</u>	<u>81</u>	<u>40</u>
	8.563	8.342	8.563	8.342
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(979)	(2.281)	(979)	(2.281)
Materiais/Energia/Serviços de terceiros/Outros	(2.531)	(534)	(2.531)	(557)
Outros	<u>-</u>	<u>33</u>	<u>-</u>	<u>28</u>
	(3.510)	(2.782)	(3.510)	(2.810)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b><u>5.053</u></b>	<b><u>5.560</u></b>	<b><u>5.053</u></b>	<b><u>5.532</u></b>
<b>RETENÇÕES</b>				
Depreciação, Amortização e Exaustão	<u>(3.917)</u>	<u>(5.346)</u>	<u>(3.917)</u>	<u>(5.346)</u>
	(3.917)	(5.346)	(3.917)	(5.346)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>	<b><u>1.136</u></b>	<b><u>214</u></b>	<b><u>1.136</u></b>	<b><u>186</u></b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>				
Resultado de Equivalência Patrimonial	652	(551)	-	-
Receitas /Despesas Financeiras	6.517	7.976	6.517	7.976
Outras Despesas/Receitas Operacionais	<u>(10.388)</u>	<u>39.391</u>	<u>(9.682)</u>	<u>39.133</u>
	(3.219)	46.816	(3.165)	47.109
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b><u>(2.083)</u></b>	<b><u>47.030</u></b>	<b><u>(2.029)</u></b>	<b><u>47.295</u></b>
<b>PESSOAL</b>				
Remuneração Direta	693	4.105	677	4.105
Benefícios	19	102	19	102
FGTS	<u>4</u>	<u>52</u>	<u>4</u>	<u>52</u>
	716	4.259	700	4.259
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>				
Federais	792	831	808	830
Estadual	2	-	2	-
Municipais	<u>879</u>	<u>-</u>	<u>879</u>	<u>-</u>
	1.673	831	1.689	830
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS</b>				
Juros	<u>72.933</u>	<u>62.626</u>	<u>72.987</u>	<u>62.892</u>
	72.933	62.626	72.987	62.892
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS</b>				
Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	<u>(77.405)</u>	<u>(20.686)</u>	<u>(77.405)</u>	<u>(20.686)</u>
	(77.405)	(20.686)	(77.405)	(20.686)
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b><u>(2.083)</u></b>	<b><u>47.030</u></b>	<b><u>(2.029)</u></b>	<b><u>47.295</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**IGB ELETRÔNICA S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA**  
**REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A IGB Eletrônica S/A (“IGB” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto com sede na Avenida Açaí, 875, Bloco C, na cidade de Manaus - AM, que atualmente tem como objetivo principal administrar seu passivo, o qual vem sendo equacionado por meio da alocação de recursos provenientes do aluguel de determinados imóveis industriais e comerciais situados na Zona Franca de Manaus (que estão disponíveis para locação). A Companhia realizou também o arrendamento, para a Companhia Brasileira de Tecnologia Digital (“CBTD”), da marca “Gradiente”, sendo que por meio desta nova empresa, e com a retomada da comercialização de produtos de eletrônica e de consumo, a marca “Gradiente” será reinserida no mercado. Com essas medidas, a Companhia pretendeu reduzir seus custos fixos e, como consequência, alocar suas receitas ao pagamento de suas dívidas junto aos credores.

Em virtude da não alavancagem das operações da CBTD, a Companhia está buscando outras formas de aproveitar o seu mais importante ativo, que é a marca Gradiente.

Recuperação Extrajudicial

A Companhia obteve em 24 de maio de 2010 a homologação de seu plano de Recuperação Extrajudicial (“Plano de Recuperação Extrajudicial”) para o pagamento da totalidade de sua dívida, sem desconto e com acréscimo de juros em decisão proferida no âmbito do processo 100.09.346.208-4 em trâmite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo.

Como parte do plano de recuperação extrajudicial, a Companhia vislumbra atingir, até 2020, resultados tributáveis positivos, em decorrência principalmente das seguintes operações extraordinárias:

- Repetição de indébito da Taxa Suframa – R\$116,5 milhões;
- Exploração da marca Gradiente – R\$419,0 milhões;
- Receita de aluguéis – R\$120,0 milhões; e
- Ativo contingente referente a processo de propriedade intelectual – R\$200,0 milhões.

Aditamento ao plano de Recuperação Extrajudicial

Em 25 de março de 2011, foi firmado pelos credores um aditamento ao Plano de Recuperação Extrajudicial, que contou com a adesão de credores que representam 66,3% dos créditos. Neste aditamento, entre outras medidas, a Companhia condicionou o início do pagamento aos credores, ao desempenho operacional e financeiro da CBTD, sendo que o não atingimento das metas pré-estabelecidas, implicaria na prorrogação no prazo para início dos pagamentos por 365 dias.

Em 20 de junho de 2013, foi peticionado na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital, comunicado informando que a CBTD não atingiu os níveis mínimos de caixa e indicadores de *performance*, previamente fixados, solicitando prorrogação de prazo para início dos pagamentos por 365 dias. O desembargador relator não concedeu o efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento contra a decisão que indeferiu a prorrogação dos prazos para início do cumprimento do Plano de Recuperação Extrajudicial e respectivo aditamento.

Contra essa decisão, a Companhia apresentou recurso de agravo de instrumento, ao qual não foi concedido efeito suspensivo e que pende de julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A Companhia também solicitou ao Juízo da Recuperação Extrajudicial a concessão de prazo razoável para que pudesse negociar e obter a aprovação de seus principais credores, entretanto, em 16 de abril de 2014 foi proferida decisão indeferindo a concessão do referido prazo, tornando assim extinto o Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia.

A Companhia interpôs Recurso de Apelação contra a extinção de seu Plano Extrajudicial, que se processa apenas no “efeito devolutivo”, que também aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP.

Atualmente, a Companhia aguarda julgamento dos recursos interpostos contra a decisão que extinguiu seu plano de Recuperação Extrajudicial. Caso sejam desprovidos seus recursos, poderá requerer recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça – STJ e, eventualmente (se houver matéria constitucional), Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal - STF.

## 2. CONTROLADAS

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas diretas, conforme abaixo:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Pókios Armazéns Gerais Ltda.	99,99	99,99
Compañia Tilestar S.A (*)	100,00	100,00

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas informações financeiras encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis. Referidas empresas nunca possuíram operações efetivas e encontram-se sem operações de quaisquer tipo desde 2007.

(\*) Sobre informações intermediárias das subsidiárias no exterior Compañia Tilestar S.A. e Compañia Tilestar S.A, sediada no Uruguai, foram constituídas provisões para perda em todas as contas do balanço, de modo a não impactar as informações intermediárias (ITR) da controladora, devido à inexistência de operações naquelas empresas desde 2007, conforme supramencionado.



Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre as empresas consolidadas.

### **3. BASE DE PREPARAÇÃO**

#### **3.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E ÀS NORMAS DO CPC)**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas Internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Essas práticas diferem das IFRS, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, onde para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou valor justo.

Cabe destacar que, não existem diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado no consolidado e o patrimônio líquido e resultado da controladora. Assim, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as informações individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de informações.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela administração em 06 de maio de 2016

#### **3.2. BASE DE MENSURAÇÃO**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

#### **3.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Contas a receber e outros recebíveis, Taxa Suframa a receber, provisão para perdas com investimentos e provisão para contingências.

## 4. PRINCIPAIS POLITICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### 4.1. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

#### Controladas

O Grupo controla uma investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As informações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data que o controle inicia até a data que o controle é perdido.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as informações financeiras das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

### Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre empresas do Grupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresas investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação de cada investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

### Participação de acionistas não controladores

A Companhia e suas controladas mensuram qualquer participação de não controladores na adquirida, utilizando um dos seguintes critérios:

- Pelo valor justo; ou
- Pela participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, que geralmente são pelo valor justo.

Mudanças na participação da Companhia e suas controladas em uma subsidiária que não resulte em perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas em sua capacidade de acionistas.

Ajustes à participação de não controladores são baseados em um montante proporcional dos ativos líquidos da subsidiária. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado do exercício.

## 4.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a. Ativos Financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas reconhecem a baixa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, as empresas detenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

#### Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros classificados como mantidos para negociação são ativamente gerenciados para atender às necessidades de liquidez da Companhia e de suas controladas.

#### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalente de caixa (exceto aplicações financeiras que são classificadas pelo valor justo por meio do resultado), clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de arrendamentos e aluguéis.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Considerando a escassez de recursos financeiros disponíveis, devido ao processo de reestruturação econômico-financeira por que passa a Companhia, a mesma, mantém contrato com a empresa Vocaboli Administração e Participações S.A. para desenvolver a atividade de gestão de seu caixa.

b. Passivos Financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, credores - recuperação extrajudicial, partes relacionadas e outras contas a pagar.

c. Capital Social

As ações ordinárias da Companhia controladora são classificadas como patrimônio líquido.

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributáveis.

O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendos obrigatórios, na forma do artigo 202 da Lei das S.A. Em 30 de Janeiro de 2007, foi aprovada pelo Conselho de Administração a política de dividendos da Companhia, onde fica estabelecido o objetivo de se pagar um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido ajustado com base em suas Demonstrações financeiras semestrais ou anuais.

d. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos nem instrumentos de hedge accounting.

4.3. IMOBILIZADO

a. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas incluem:

- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;

- Custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

#### b. Custos Subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

#### c. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada pelo método linear baseado na vida útil estimada dos itens, para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado. É geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

As vidas úteis médias estimadas para os períodos correntes e o comparativo são as seguintes:

- Edifícios.....25 anos
- Máquinas, aparelhos e equipamentos.....25 anos
- Móveis e utensílios.....10 anos
- Computadores e periféricos..... 04 anos
- Aparelhos e Instrumentos..... 08 anos
- Ferramental.....07 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

#### 4.4. ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

#### 4.5. ESTOQUES

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

#### 4.6. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (*IMPAIRMENT*)

##### a. Ativos Financeiros

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e suas controladas sob as condições que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

##### b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, com exceção do estoque e do imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### 4.7. RECEITA OPERACIONAL

##### Receita de aluguéis e arrendamentos

A receita das operações é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia decorrem da locação de imóveis de sua propriedade que estão situados na Zona Franca de Manaus, e estão disponíveis para locação.

Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº1, a Companhia possui um Contrato de Arrendamento de Ativos imobilizados e de propriedade intelectual (da marca Gradiente) junto à CBTD.

#### 4.8. RECEITAS FINANCEIRAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e a atualização monetária de juros sobre obrigações tributárias/sociais, e de dívidas junto aos credores (recuperação extrajudicial). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

#### 4.9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.



O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e créditos tributários entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária, sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

#### 4.10. NOVAS INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Administração não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

##### *IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)*

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo de redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

### IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas informações contábeis intermediárias e nas suas divulgações

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas essas normas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulguem as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### 4.11. RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO E DILUIDO

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

#### 4.12. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais é possível obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo.

Em virtude das particularidades da Companhia e de suas controladas (conforme descrito na nota nº1), atualmente as atividades operacionais (segmentos de negócio) estão substancialmente concentradas na locação e arrendamento de ativos.

#### 4.13. DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

#### 4.14. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre essas premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo

#### 4.15. CONTAS A RECEBER E OUTROS RECEBÍVEIS

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

### 5. CLIENTES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Duplicatas a receber	40.063	40.063	40.063	40.063
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(40.063)	(40.063)	(40.063)	(40.063)
	-	-	-	-

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e entregue. A provisão para devedores duvidosos é a melhor estimativa que a Companhia possui e seu montante é considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas com clientes.

Durante o exercício de 2013, por conservadorismo, a Companhia registrou provisão no montante de 100% dos recebíveis existentes. Contudo, por meio de seus assessores jurídicos, a Companhia busca receber os valores a que julga ter direito.

Os valores já recebidos foram automaticamente ajustados às baixas das provisões e reconhecimento do recebimento. Durante os exercícios de 2015 e 2014 nenhum valor foi recebido.

## 6. IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Circulante</b>				
IRRF a Recuperar	41	-	41	-
IPI a Recuperar	67	67	67	67
Precatório IPI (a)	248	248	248	248
Precatório Finsocial (c)	297	297	297	297
	<u>653</u>	<u>612</u>	<u>653</u>	<u>612</u>
<b>Não circulante</b>				
Taxa CACEX (b)	8.079	6.980	8.079	6.980
(-) Honorários Sucumbência e contratuais - Taxa Cacex	(1.154)	(997)	(1.154)	(997)
Precatório IPI (a)	743	737	743	737
Precatório Finsocial (c)	2.917	2.917	2.917	2.917
	<u>10.585</u>	<u>9.637</u>	<u>10.585</u>	<u>9.637</u>

### a. Precatório – IPI

Saldo originado a partir de créditos gerados nas operações de compra de matérias-primas destinadas à reposição para garantia de produtos, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

### b. Carteira de Comércio Exterior - CACEX

Os valores registrados são oriundos, substancialmente, de repetição de indébito da taxa de expediente cobrada pela CACEX, atual DECEX. Em julho de 2007 o Superior Tribunal de Justiça – STJ deferiu integralmente o crédito da Companhia, tendo ocorrido o “trânsito em julgado” em 14 de agosto do mesmo ano.

Nessa ação, a União passou a discutir somente a possibilidade de se destacar os honorários contratuais, juntamente com os de sucumbência, não questionando o montante condenatório (base de cálculo do indébito), que por sua vez restou incontrovertido, não podendo haver mais nenhuma discussão quanto à certeza de liquidez deste crédito.

Diante deste fato, a Companhia em fevereiro de 2012 ingressou nos autos dessa Execução pleiteando o pagamento do indébito por via de precatório, e em fevereiro de 2014, o Tribunal Regional Federal do Distrito Federal emitiu uma requisição determinando o pagamento da dívida.

c. *Precatório Finsocial (Telefunken)*

Em janeiro de 2011 foi expedido o Precatório da Telefunken (ação que pleiteava a repetição de indébito da contribuição para o FINSOCIAL). A Companhia obteve êxito nos seus pleitos, ganhando o direito de ressarcimento da referida contribuição. Todavia, o recebimento financeiro das parcelas deste ativo está bloqueado em virtude de um Auto de Penhora ocorrido nos autos deste precatório, por conta das Execuções Fiscais nos. 2008.32.00.005640-2 e 2008.32.00.002185-0.

A Companhia, por meio de seus assessores jurídicos, vem monitorando os valores recebidos (penhorados automaticamente).

Utilização de precatórios para equalização de débito fiscal

A Companhia ofereceu como forma de pagamento (à vista) do parcelamento da Lei 12.996 de 2014 (Refis da Copa), a totalidade dos créditos tributários vinculados a precatórios (Precatório IPI, Carteira Cacex e Finsocial). Atualmente a Companhia aguarda a análise e homologação de seu pedido de parcelamento. Caso os pleitos da Companhia sejam acatados, os valores depositados referentes aos respectivos precatórios serão disponibilizados à Receita Federal.

A abertura dos créditos oferecidos, assim como do passivo fiscal líquido que a Companhia espera obter caso seu plano de parcelamento seja homologado, estão detalhados na nota explicativa nº12 – Impostos parcelados.

**7. TAXA SUFRAMA**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Taxa Suframa - Processo 2001.32.00.011339-2 (a)</b>				
Valor original atualizado	426.522	386.122	426.522	386.122
Provisão para perdas - Valor controverso	(331.012)	(299.658)	(331.012)	(299.658)
Honorários de contratuais a pagar (c)	(4.548)	(4.117)	(4.548)	(4.117)
Honorários de sucumbência a recolher (c)	(4.548)	(4.117)	(4.548)	(4.117)
	<u>86.414</u>	<u>78.230</u>	<u>86.414</u>	<u>78.230</u>
<b>Taxa Suframa - Processo 2001.32.00.000902-4 (b)</b>				
Valor original atualizado	91.822	82.190	91.822	82.190
Provisão para perdas - Valor controverso	(36.625)	(32.783)	(36.625)	(32.783)
Honorários de contratuais a pagar (c)	(2.628)	(2.353)	(2.628)	(2.353)
Honorários de sucumbência a recolher (c)	(2.628)	(2.353)	(2.628)	(2.353)
	<u>49.941</u>	<u>44.701</u>	<u>49.941</u>	<u>44.701</u>
<b>Total líquido</b>	<u>136.355</u>	<u>122.931</u>	<u>136.355</u>	<u>122.931</u>

Fundamentada no posicionamento de seus assessores jurídicos, a Companhia ingressou com duas ações de “repetição de indébito” contra a Suframa - Superintendência da Zona Franca de Manaus (autarquia Federal) por conta do recolhimento indevido da “Taxa Suframa” no período compreendido entre junho de 1991 e dezembro de 1999.

O detalhamento e os desfechos de cada um dos processos estão comentados a seguir:

a) Processo nº 2001.32.00.011339-2

Em 11 de junho de 2011, foi proferida decisão definitiva sobre o mérito da discussão judicial pelo Supremo Tribunal Federal – STF, com “transito em julgado” a favor da Companhia, cujo valor original à época era R\$345.815 mil (de acordo com os cálculos de assessores jurídicos e peritos contábeis contratados pela Companhia).

Desta forma, a Companhia procedeu ao registro contábil deste ativo pelo seu valor original integral (R\$345.815 mil àquela época), bem como tomou as medidas cabíveis para executar a mencionada decisão judicial, uma vez que o seu direito ao crédito é considerado “incontroverso”, restando pendente apenas a fixação do valor a ser pago por esta autarquia e a forma de pagamento. Conservadoramente, foi registrada “Provisão para realização” referente à parcela em discussão nesse processo (parcela controversa), cabendo destacar que o julgamento já foi definitivo com relação ao “mérito da causa”. Na medida em que os demais valores se tornarem “incontroversos”, concomitantemente a Companhia efetuará a reversão desta provisão para realização.

No 2º semestre de 2014 foi proferida decisão do Tribunal Regional Federal de São Paulo, da 1ª Região, indicando como valor “incontroverso” a ser pago por referida autarquia o montante de R\$75.465 mil (montante original do débito até novembro de 2012).

Após decisão que definiu o valor incontroverso a ser pago, e com base em sentença proferida em 22 de setembro de 2015 pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Seção Judiciária do Estado do Amazonas, a Companhia procedeu à correção monetária deste montante, baseando-se nos critérios de atualização previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com aplicação do INPC de 06/1991 a 11/1991, do IPCA – Série Especial em 12/1991, da UFIR de 01/1992 a 01/1996 e exclusivamente da Selic a partir de 01/1996”. Em 31 de dezembro de 2015, o montante incontroverso, devidamente atualizado, representava o montante de R\$86.414 mil (R\$78.230 em 31 de dezembro de 2014), na controladora e no consolidado.

b) Processo nº 2001.32.00.000902-4

Em 21 de março de 2014, foi proferida decisão definitiva sobre o mérito da discussão judicial pelo Supremo Tribunal Federal – STF, com “transito em julgado” a favor da Companhia, cujo valor original pleiteado à época, era R\$76.692 mil (de acordo com os cálculos de assessores jurídicos e peritos contábeis contratados pela Companhia).

Sobre a decisão proferida, foi interposto recurso pela Suframa, questionando os critérios de cálculos utilizados pela Companhia, tendo sido reconhecido pela própria Autarquia como valor “incontroverso” o montante de R\$46.102 mil.

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia procedeu à correção monetária deste débito incontroverso, aplicando o mesmo critério de atualização adotado para o processo 2001.32.00.011339-2. Em 31 de dezembro de 2015, o montante incontroverso, devidamente atualizado, representava o montante de R\$49.941 mil (R\$44.701 mil em 31 de dezembro de 2014).

Usando o mesmo racional exposto na alínea (a), a Companhia registrou o valor total da discussão junto à Suframa, que já possui decisão definitiva quanto ao seu mérito, mas deduziu este valor através de “Provisão para realização”, apenas para os valores já determinados como “incontroversos” pelos tribunais e conforme essas decisões tornarem os demais valores “incontroversos”, concomitantemente a Companhia efetuará à reversão desta provisão para realização.

c) Honorários de sucumbência

Sobre os créditos devidos pela Suframa, estão embutidos os honorários de sucumbência, que representam 5% do valor total da condenação desta autarquia. Esses valores serão abatidos dos valores que a Companhia terá a receber.

Utilização de ativos contingentes incontroversos para equalização de débito fiscal

A Companhia ofereceu como forma de pagamento (à vista) do parcelamento da Lei 12.996 de 2014 (Refis da Copa), parte dos débitos incontroversos comentados anteriormente. A abertura dos valores oferecidos, assim como do passivo fiscal líquido que a Companhia espera obter caso seu plano de parcelamento seja homologado, está detalhada na nota explicativa nº12 – Impostos parcelados. Até que ocorra a homologação do parcelamento, nenhum efeito será reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 8. IMOBILIZADO

A Companhia efetuou uma análise de todas as classes do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído (*Deemed cost*). Os valores justos utilizados nesta adoção foram ajustados nos saldos de abertura com efeito registrado a partir de 1º de janeiro de 2010. A seguir apresentamos a posição controlada e consolidada do ativo imobilizado:

	Taxa depr. Anual - %	31/12/2015			31/12/2014		
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos		25.608		25.608	25.608		25.608
Edifícios	4	60.192	(23.023)	37.169	60.192	(20.615)	39.577
Máquinas e equipamentos	4	32.554	(25.739)	6.815	32.554	(25.739)	6.815
Móveis e utensílios	10	5.375	(5.372)	3	5.375	(5.372)	3
Equip.de informática	24	36.746	(36.746)	-	36.746	(36.746)	-
Aparelhos e instrumentos	12	12.403	(12.403)	-	12.403	(12.403)	-
Ferramental	13	15.698	(15.698)	-	15.698	(15.698)	-
Instalações		14.487	(13.405)	1.082	14.487	(11.896)	2.591
Impairment s/Máqs. e Equip.s.	10	-	(6.814)	(6.814)	-	(6.814)	(6.814)
		<u>203.063</u>	<u>(139.200)</u>	<u>63.863</u>	<u>203.063</u>	<u>(135.283)</u>	<u>67.780</u>

### Contrato de arrendamento de ativos – CBTD

O Contrato de Arrendamento de bens celebrado com a CBTD abrange 12% de terrenos, edifícios e instalações; a totalidade das contas de máquinas e equipamentos; móveis e utensílios; equipamentos de informática; aparelhos de instrumentos. Este contrato não abrange somente a conta de ferramental.

Considerando que as atividades operacionais da CBTD ainda não foram alavancadas, conseqüentemente, não estão gerando receitas conforme o planejado, a Companhia, conservadoramente, mantém uma provisão para *impairment*, do valor de R\$6.814 mil, na conta de máquinas e equipamentos, objeto de Arrendamento.

## **9. FORNECEDORES**

Os saldos a pagar no passivo circulante e não circulante referem-se, substancialmente, a débitos junto a prestadores de serviços. Os referidos passivos não estão inclusos no Plano de Recuperação Extrajudicial, em virtude de terem sido contraídos após a homologação do plano.

## **10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PROVISÕES TRABALHISTAS**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Encargos sociais a recolher	4.098	3.787	4.656	4.309
	<u>4.098</u>	<u>3.787</u>	<u>4.656</u>	<u>4.309</u>

Os encargos sociais a recolher referem-se a verbas de INSS, FGTS, Contribuição Sindical e SESI -Senai a recolher, que estão em atraso, mas devidamente atualizadas de multa e juros (Selic).

Em abril de 2014, a Companhia transferiu 100% de seus funcionários para a sua controladora CBTD, que desde então assumiu as obrigações relacionadas ao pagamento dos salários e demais obrigações trabalhistas vinculadas a estes colaboradores

### Parcelamentos de débitos de INSS – Refis da Copa – Lei 12.966/2014 (Modalidade à vista)

O montante parcelado no Refis da Copa na modalidade à vista da rubrica INSS a Recolher foi de R\$9.711, conforme detalhado na nota nº 12.





Os débitos que foram “reparcelados” no Refis da Crise, e Refis da Copa estão detalhados a seguir:

**(a) Parcelamento Refis da Crise - Reabertura do prazo de adesão - Lei nº12.865/2013**

Com o advento da lei 12.865/2013 que permitiu o parcelamento de débitos em atraso com vencimentos até 30 de novembro de 2008, a Companhia optou em incluir neste programa a maioria de seus débitos tributários Federais que estavam sendo discutidos judicialmente, e que não haviam sido inclusos no programa de parcelamento anterior.

Em 2014, com a abertura do “Refis da Copa”, que permitiu novo parcelamento dos débitos federais e previdenciários, a Companhia manteve no “Refis da Crise” parte de seus débitos em parcelamentos anteriores, e incluiu no “Refis da Copa” débitos vencidos de 1º de dezembro de 2008 a 31 de dezembro de 2013, além de outros débitos tributários que estavam sendo discutidos judicialmente.

Dessa forma, a abertura dos valores presentes no “Refis da Crise” em 31 de dezembro de 2015, ficou da seguinte maneira:

<b>Reabertura Refis da Crise 2013 - Lei 11.941</b>				
<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>		<b>Valor</b>	
	<b>Principal</b>	<b>Valor Multa</b>	<b>Juros</b>	<b>Valor Total</b>
<b>Saldo base 31/12/2014 - Refis da Crise - Modalidade Parcelado</b>	52.162	4.173	39.229	95.564
Utilização do <u>Prejuízo</u> Fiscal e BCN. 25% IRPJ (a)	(36.513)	-	-	(36.513)
Atualização monetária pela Selic (b)	-	-	12.001	12.001
<b>Saldo Líquido em 31/12/2015</b>	<b>15.649</b>	<b>4.173</b>	<b>51.230</b>	<b>71.052</b>

(a) De acordo com as condições implícitas ao plano de parcelamento, a Companhia utilizou o montante de R\$36.513 em prejuízos fiscais e base negativa da Contribuição Social para abatimento do valor principal, valores devidamente baixados do estoque de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da Contribuição Social, conforme determina a Portaria conjunta PGFN/RFB 15/14.

(b) Enquanto aguarda decisão em relação à homologação de seu pedido de parcelamento, a Companhia, conservadoramente, permanece atualizando este débito tributário por meio da taxa Selic.

Por fim, como parte do plano de equalização de seus débitos tributários, a Companhia, apoiada no posicionamento de seus assessores jurídicos, pleiteia a utilização do montante de R\$43.402 mil de prejuízos fiscais e base negativa para abatimento de multa e juros.

Neste cenário, caso haja êxito em seus pleitos, o débito fiscal da Companhia ficaria da seguinte maneira:

<b>Reabertura Refis da Crise 2013 - Lei 11.941</b>				
Descrição	Valor			
	Principal	Valor Multa	Valor Juros	Valor Total
Saldo base 31/12/2014 - Refis da Crise - Modalidade Parcelado	15.649	4.173	44.781	64.603
Utilização do Prejuízo Fiscal e BCN. 25% IRPJ (*)	-	(4.173)	(39.229)	(43.402)
<b>Saldo Líquido em 31/12/2015</b>	<b>15.649</b>	<b>-</b>	<b>5.552</b>	<b>21.201</b>

(\*) Referidos valores serão aproveitados nas informações contábeis da Companhia somente quando ocorrer a homologação pela Receita Federal do pedido de parcelamento realizado pela Companhia (Refis da Crise).

**(b) Parcelamento Refis da Copa - Lei 12.996/2014**

Em agosto de 2014, tendo em vista as condições diferenciadas de pagamento instituídas pela Lei 12.996 de 2014, a Companhia aderiu ao novo Programa de Recuperação Fiscal (“REFIS da Copa”).

Neste programa de parcelamento, a Companhia incluiu débitos vencidos de 1º de dezembro de 2008 a 31 de dezembro de 2013, além de outros débitos tributários que estavam sendo discutidos judicialmente.

De acordo com as condições implícitas neste programa, os débitos foram segregados da seguinte maneira em 30 de setembro de 2015:

Descrição	Valor atualizado em 31/12/2015
Saldo base Refis da Copa - Modalidade à Vista	122.963
Saldo base Refis da Copa - Modalidade Parcelado	32.021
Atualização monetária - Selic (*)	19.464
<b>Total</b>	<b>174.448</b>

(\*) enquanto aguarda decisão em relação à homologação de seu pedido de parcelamento, a Companhia, conservadoramente, permanece atualizando este débito tributário por meio da taxa Selic.

### **Plano de equalização dos débitos fiscais**

Como parte do plano de equalização de seus débitos tributários, a Companhia, apoiada no posicionamento de seus assessores jurídicos, pretende utilizar como forma de pagamento desses parcelamentos, determinados ativos que possui, a saber:

- **Precatórios:** Utilização de créditos precatórios de IPI, Finsocial e Taxa Cacex – R\$7.493 mil (nota explicativa nº6);
- **Taxa Suframa:** Utilização de parte dos valores incontroversos oriundos da discussão judicial impetrada contra a Suframa – R\$70.000 mil (nota explicativa nº7);
- **Ativo fiscal diferido:** Utilização de R\$60.114 de ativos fiscais diferidos para pagamento de multas e juros presentes nos referidos planos de parcelamento.

Embora os ativos destacados anteriormente tenham sido formalmente oferecidos no processo de adesão ao Refis da Copa, a Companhia, conservadoramente, não efetuou a baixa desses ativos e dos passivos correspondente, uma vez que aguarda homologação de seus pleitos por parte da Receita Federal, para posterior reconhecimento destes efeitos em suas informações contábeis.

Neste cenário, caso haja êxito em seus pleitos, o débito fiscal da Companhia ficaria da seguinte maneira, em 31 de dezembro de 2015:

<b>Refis da Copa - Lei 12.996/2014 - Pgto. à vista</b>				
<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>			
	<b>Principal</b>	<b>Valor Multa</b>	<b>Valor Juros</b>	<b>Valor Total</b>
<b>Saldo base Refis da Copa - Modalidade à Vista</b>	<b>77.722</b>	-	<b>45.241</b>	<b>122.963</b>
Utilização da Taxa Suframa	(70.000)	-	-	(70.000)
Utilização do saldo a CP do Precatório do IPI	(248)	-	-	(249)
Utilização do saldo a CP do Precatório do Finsocial	(297)	-	-	(297)
Utilização do saldo a LP do Precatório do IPI	(736)	-	-	(736)
Utilização do saldo a LP do Precatório do Finsocial	(1.292)	-	-	(1.292)
Utilização do saldo a LP da Taxa CACEX	(5.149)	-	-	(5.149)
Utilização do Prejuízo Fiscal e BCN. 25% IRPJ e 9% CSLL	-	-	(45.241)	(45.240)
<b>Saldo Líquido</b>	-	-	-	-

  

<b>Refis da Copa - Lei 12.996/2014 - Pgto. Parcelado</b>				
<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>	<b>Valor no</b>		<b>Valor Total</b>
	<b>atualizado</b>	<b>parcelamento</b>	<b>Parcela</b>	
<b>Saldo base Refis da Copa - Modalidade Parcelado</b>	<b>17.147</b>	<b>1.782</b>	<b>13.092</b>	<b>32.021</b>
Utilização do Prejuízo Fiscal e BCN. 25% IRPJ e 9% CSLL	-	(1.782)	(13.092)	(14.874)
<b>Saldo Líquido</b>	<b>17.147</b>	-	-	<b>17.147</b>

### 13. CREDORES – RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores nacionais	167.417	155.664	167.416	155.663
Fornecedores estrangeiros	21.125	18.310	21.125	18.310
Empréstimos e financiamentos	310.562	282.802	310.562	282.802
	<u>499.104</u>	<u>456.776</u>	<u>499.103</u>	<u>456.775</u>

Foi firmado no dia 24 de setembro de 2009, o Plano de Recuperação Extrajudicial da IGB com seus credores (bancos e fornecedores), representando mais de 67% de sua dívida total. Nesse acordo ficou estabelecido o plano de alongamento da dívida da IGB, estabelecimento de novos prazos e condições para pagamento do saldo devedor.

O “Plano de Recuperação Extrajudicial” da “Gradiente”, doravante denominado simplesmente “Plano” foi protocolado em Juízo no dia 09 de dezembro de 2009 e homologado na Justiça em 24 de maio de 2010.

Em 23 de março de 2011, foi firmado com os credores um aditamento ao “Plano”, que contou com a adesão de credores que representam mais de 67% dos créditos, que atualiza os prazos e condições de pagamento.

O aditamento foi juntado aos autos do processo de Recuperação Extrajudicial nº 100.09.346208-4 na 2ª. Vara de Falência e Recuperação Extrajudicial de São Paulo, passando a integrar o “Plano” e com isto, levado ao conhecimento de todos os credores sujeitos aos seus efeitos.

O aditamento contém disposições gerais que definem uma eventual alteração no prazo de pagamento (antecipação ou postergação), condicionados ao EBTIDA e caixa mínimo da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital – CBTD que deverá pagar diretamente os credores por conta e ordem da IGB Eletrônica S.A.

Além das disposições descritas anteriormente, foram estabelecidas as seguintes premissas para pagamento aos credores:

a) Credores com valores superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais):

- Prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data em que ocorrer a capitalização da Companhia, observada a data limite de 30.06.2011. Os valores dos créditos apurados passarão a ser corrigidos a partir da mesma data em que começar a correr o prazo de carência, pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano. Durante o período de carência esses encargos serão calculados semestralmente, sendo o valor encontrado incorporado ao saldo devedor.
- Findo o prazo de carência o saldo devedor será dividido em 28 (vinte e oito) parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, a serem pagas no prazo de 07 (sete) anos. Cada parcela será acrescida de sua correspondente atualização monetária calculada pelos índices descritos no tópico anterior

b) Credores com valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais):

- Os credores de valores até R\$ 1.000,00 (mil reais) deverão ser pagos, em parcela única, até 1º de Julho de 2.010. Esta etapa já foi realizada;
- Os credores de valores acima de R\$ 1.000,00 (mil reais) até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) deveriam ser pagos em parcela única até 30 de junho de 2.013; e
- Os credores de valores acima de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) deveriam ser pagos em 3 (três) parcelas iguais até 30 de junho de 2013, 30 de junho de 2014 e 30 de junho de 2015
- Os valores dos créditos apurados passarão a ser corrigidos a partir da mesma data em que começar a correr o prazo de carência, pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano. Durante o período de carência esses encargos serão calculados semestralmente, sendo o valor encontrado incorporado ao saldo devedor.

Recuperação Extrajudicial – Situação atual

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 20 de junho de 2013, a Companhia emitiu comunicado junto à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital, informando que a CBTD não alcançou os índices de desempenho indicados no aditamento ao Plano de Recuperação Extrajudicial.

De acordo com referido aditamento, esta situação ocasionou a solicitação de prazo adicional de 365 dias para início dos pagamentos aos credores, o que foi indeferido em juízo. Contudo, demonstrou-se nos autos que os credores que representam aproximadamente 50% dos créditos sujeitos aos efeitos da recuperação extrajudicial estão de acordo com a concessão do referido prazo.

A Companhia interpôs recurso quanto à referida decisão, sendo que, na hipótese de não provimento dos recursos para que seja retomado o processo de recuperação extrajudicial, será cabível Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça - STJ e, eventualmente (se houver matéria constitucional), Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal - STF.

Como os recursos não se processam sem efeito suspensivo, no momento a sentença de extinção do plano de Recuperação Extrajudicial, produz efeitos e, por essa razão, a Companhia não está impedida de realizar pagamentos ou celebrar acordos com credores.

Cabe ressaltar que, mesmo com a suspensão temporária do plano (até que os recursos interpostos sejam julgados de forma definitiva), conservadoramente a Companhia permanece aplicando os mesmos índices de juros e correção monetária aprovados pelos credores em seu plano original de Recuperação Extrajudicial.

#### 14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	<b>Controladora</b>					
	2015			2014		
	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido
Tributários	(6.397)	64.711	58.314	(5.660)	57.794	52.134
Trabalhistas	(80)	12.155	12.075	(88)	11.185	11.097
Cíveis	-	21.091	21.091	-	19.026	19.026
	<b>(6.477)</b>	<b>97.957</b>	<b>91.480</b>	<b>(5.748)</b>	<b>88.005</b>	<b>82.257</b>

  

	<b>Consolidado</b>					
	2015			2014		
	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido
Tributários	(6.397))	64.832	58.435	(5.660)	58.308	52.648
Trabalhistas	(80))	14.825	14.745	(88)	13.703	13.615
Cíveis	-	21.091	21.091	-	19.491	19.491
	<b>(6.477))</b>	<b>100.748</b>	<b>94.271</b>	<b>(5.748)</b>	<b>91.502</b>	<b>85.754</b>

A movimentação da rubrica está demonstrada a seguir:

	Controladora			2015
	2014	Adições	Baixas	
Tributárias	57.794	6.917	-	64.711
Trabalhistas	11.185	3.899	2.930	12.154
Cíveis	19.026	2.066	-	21.092
	<b>88.005</b>	<b>12.882</b>	<b>2.930</b>	<b>97.957</b>

  

	Consolidado			2015
	2014	Adições	Baixas	
Tributárias	57.897	6.935	-	64.832
Trabalhistas	14.580	4.581	4.337	14.824
Cíveis	19.025	2.066	-	21.091
	<b>91.502</b>	<b>13.582</b>	<b>4.337</b>	<b>100.748</b>

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas possuíam processos de natureza tributária, trabalhista e cíveis, decorrentes do curso normal de seus negócios. As respectivas provisões para contingências foram constituídas para processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como “provável”, com base na estimativa feita pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.

#### Processos fiscais

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos tributários envolvendo principalmente discussões sobre IRRF, PIS, COFINS, CSLL, II, ITBI e ICMS, entre outros.

No final do exercício de 2013, com o advento do parcelamento extraordinário instituído pela Lei 12.865/2013 (Refis) a Companhia optou por parcelar a maioria de seus débitos tributários Federais classificados como perda possível e provável, motivo pelo qual não há processos judiciais federais em andamento, no final do ano de 2013, e início de 2014.

Dessa forma, a IGB é parte no polo passivo de 3 (três) processos administrativos tributários Federais e 45 (quarenta e cinco) processos judiciais estaduais totalizando, em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$64.711 mil (R\$57.794 mil em 31 de dezembro de 2014) na controladora e R\$64.832 mil (R\$58.308 mil em 31 de dezembro de 2014) no consolidado, os quais se encontram integralmente provisionados nas demonstrações financeiras.



### Processos trabalhistas

Tratam-se de reclamações movidas por ex-funcionários pleiteando o pagamento, via de regra, das seguintes demandas: Verbas Rescisórias não pagas, Depósito de FGTS não realizados, Horas Extras, dano moral (falta de pagamento), vínculo empregatício, entre outros.

As ações/execuções totalizam o valor de R\$12.155 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$11.185 mil em 31 de dezembro de 2014) na controladora e R\$14.825 mil (R\$13.703 mil em 31 de dezembro de 2014) no consolidado, tramitando a maioria dos processos nas cidades de São Paulo e Manaus.

### Processos cíveis

A Companhia e suas controladas são parte no polo passivo de 157 (cento e cinquenta e sete) ações Cíveis, as quais totalizam o valor aproximado de R\$39.374 mil. Desse valor, estima-se que R\$ 12.444 mil, representem risco provável, as quais foram integralmente provisionadas de acordo com a política interna de provisionamento da Companhia. Nesse caso os pedidos comuns são pedidos de cobranças e indenizações.

Adicionalmente, a Companhia é parte no polo passivo de 7.699 (sete mil seiscentos e noventa e nove) ações judiciais do consumidor, as quais totalizam o valor aproximado de R\$15.920 mil. Deste valor, estima-se que R\$8.647 mil, representam risco provável e encontram-se provisionados de acordo com a política interna de provisionamento da Companhia. Os referidos processos estão relacionados a questões envolvendo dano moral e material, defeitos de produtos e ausência de assistência técnica.

## **15. PARTES RELACIONADAS**

### Controladora

A parte controladora da Companhia é a HAG participações S/A

### Remuneração de pessoal-chave da Administração

Durante o período, não houve qualquer remuneração ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária, Conselho Fiscal e pessoal chave da Administração.

A Companhia e suas controladas não possuem outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Não há planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores.

### Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado destes exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico, conforme demonstrado a seguir:

#### **Partes relacionadas - Ativo**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<i>Não circulante</i>				
Companhia Brasileira Tecnologia Digital (a)	6.709	1.258	-	-
Skurge Participações (b)	566	608	-	-
Outras	83	32	-	-
	<b>7.358</b>	<b>1.898</b>	-	-

#### **Partes relacionadas - Passivo**

	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<i>Não circulante</i>				
NPG Adm e Participações (c)	19.360	12.085	12.084	10.218
HAG (c)	-	1.411	-	1.411
	<b>19.360</b>	<b>13.496</b>	<b>12.084</b>	<b>11.629</b>
<b>Líquido</b>	<b><u>12.002</u></b>	<b><u>11.598</u></b>	<b><u>12.084</u></b>	<b><u>11.629</u></b>

- (a) Conforme mencionado na nota explicativa nº10, a partir do 2º trimestre do exercício de 2014, a Companhia transferiu 100% de seus funcionários para a CBTD, a qual desde então assumiu as obrigações relacionadas ao pagamento dos salários e demais obrigações trabalhistas vinculadas a estes colaboradores. Contudo, pelo fato da CBTD não ter alavancado suas operações, a Companhia permanece arcando com os custos relativos à folha de pagamento da CBTD;
- (b) Fim específico de liquidar débitos sub-rogados;
- (c) NPG é uma empresa com Administradores em comum à Companhia. O Passivo a pagar refere-se a adiantamentos efetuados para fazer frente às despesas passadas e correntes da Companhia, e estão devidamente formalizados por meio de Instrumento Particular de Cessão de Crédito e outras Avenças. No exercício de 2015 a HAG (empresa com administradores comuns aos da Companhia) firmou junto à NPG instrumento de cessão de créditos, transferindo a esta empresa os recebíveis a que jazia jus junto à Companhia

## **16. PASSIVO A DESCOBERTO**

### Capital Social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social autorizado pelo Conselho de Administração é de R\$41.000, sendo totalmente subscrito e integralizado, por meio de 12.504.967 (doze milhões, quinhentos e quatro mil novecentos e sessenta e sete) ações ordinárias, dividido entre 1 pessoa jurídica, e 2.439 pessoas físicas.

### Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendos obrigatórios, na forma do artigo 202 da Lei das S.A.

Em 30 de Janeiro de 2007, foi aprovada pelo Conselho de Administração a política de dividendos da IGB Eletrônica S.A., onde fica estabelecido o objetivo de se pagar um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido ajustado com base em suas demonstrações financeiras semestrais ou anuais.

### Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao valor da contrapartida oriundo dos ajustes iniciais referente à implantação das novas práticas contábeis.

## **17. RECEITAS**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aluguéis	8.482	8.302	8.482	8.302
Outras receitas	81	40	81	40
	<u>8.563</u>	<u>8.342</u>	<u>8.563</u>	<u>8.342</u>

## **18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Gastos com Pessoal	(1.835)	(4.105)	(1.835)	(4.105)
Impostos e Taxas	(2.488)	(2.588)	(2.488)	(2.592)
Depreciação	(2.938)	(2.938)	(2.938)	(2.938)
Gastos Gerais	(340)	(534)	(340)	(557)
	<u>(7.601)</u>	<u>(10.165)</u>	<u>(7.601)</u>	<u>(10.192)</u>

Conforme informado na nota explicativa nº10, a partir do 2 trimestre de 2014, a Companhia transferiu a totalidade de seus funcionários para a CBTD. Sendo assim, atualmente os únicos gastos com pessoal referem-se ao pagamento de indenizações trabalhistas. Cabe destacar que, conforme descrito na nota explicativa nº 15, apesar da transferência dos funcionários à CBTD, os pagamentos dos salários e demais encargos trabalhistas continua à ser arcado pela Companhia.

## 19. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Outras Despesas Operacionais</b>				
Despesas com provisões	(9.998)	(8.323)	(9.292)	(8.581)
Vendas de sucatas	-	157	-	157
Outras despesas operacionais (*)	(834)	47.557	(834)	47.557
	<b>(10.832)</b>	<b>39.391</b>	<b>(10.126)</b>	<b>39.133</b>

No exercício de 2014, em negociação de dívida junto a um de seus credores, a Companhia obteve um deságio no valor original de sua dívida. O respectivo credor é locatário de alguns imóveis da Companhia, e possuía débitos em aberto que estavam sendo executados judicialmente. Em acordo celebrado entre as partes, a Companhia desistiu das ações judiciais (e correspondentes cobranças), e em troca obteve o referido deságio do saldo a pagar a este credor.

## 20. RECEITA (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Receitas</b>				
Variações monetárias ativas (a)	6.517	7.976	6.517	7.976
	<b>6.517</b>	<b>7.976</b>	<b>6.517</b>	<b>7.976</b>
<b>Despesas</b>				
Variações monetárias passivas (b)	(72.933)	(62.626)	(72.987)	(62.892)
	<b>(72.933)</b>	<b>(62.626)</b>	<b>(72.987)</b>	<b>(62.892)</b>
<b>Líquido</b>	<b>(66.416)</b>	<b>(54.650)</b>	<b>(66.470)</b>	<b>(54.916)</b>

- (a) Referem-se, substancialmente, a atualização monetária dos Precatórios do IPI, Finsocial, Taxa Cacex e Taxa Suframa  
(b) Referem-se, substancialmente a atualização monetária dos Impostos a Recolher, Juros e encargos dos parcelamentos do Refis, além das correções monetárias relativas à Recuperação Extrajudicial

## 21. FATORES DE RISCO DO MERCADO

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão sujeitas no curso normal de suas atividades estão a seguir dispostos:

### Risco de Mercado

O risco de mercado está ligado ao impacto adverso sobre o valor dos ativos e passivos, causado por oscilações de fatores, como taxa de juros ou taxas de câmbio.

No caso da Companhia, este risco está associado ao mercado imobiliário em Manaus que nos últimos anos andou muito aquecido. Isso gerou investimentos por parte dos concorrentes, que construiriam e disponibilizam imóveis no mercado.

O excesso de oferta poderá reduzir as receitas de locação.

#### Risco de Taxa de Juros

O risco ligado à taxa de juros decorre da precificação de ativos e passivos em momentos distintos.

#### Risco de Crédito

A Companhia possui esse risco nos seus contratos de locação e na eventual inadimplência do locatário e se resguarda pedindo, nos casos em que isso é necessário, garantia adicional, através de seguro fiança.

#### Risco de Liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade pela Companhia em cumprir com as obrigações nos prazos devidos.

Para a Companhia, o maior risco é a inadimplência da CBTD no cumprimento do contrato de arrendamento de ativo, celebrado entre IGB e CBTD. Embora o Plano de Recuperação Extrajudicial, devidamente aprovado pelos credores e homologado na Justiça, preveja essa possibilidade de inadimplência na CBTD, é lícito supor que, numa situação de continuada inadimplência da CBTD, a tolerância dos credores não é por tempo indeterminado. Portanto, para a execução do plano é crucial a CBTD cumprir o Contrato de Arrendamento, que, por sua vez, depende do resultado de suas operações.

## **22. COBERTURA DE SEGUROS**

A cobertura de seguros parcial para os bens do ativo imobilizado é realizada pelos locatários dos imóveis a favor da companhia. As coberturas de seguros existentes são consideradas pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros.

### 23. RESULTADO POR AÇÃO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro / Prejuízo do Exercício	<u>(77.405)</u>	<u>(20.686)</u>	<u>(77.405)</u>	<u>(20.686)</u>
Quantidade de Ações ao final do exercício	<u>12.504.967</u>	<u>12.504.967</u>	<u>12.504.967</u>	<u>12.504.967</u>
Lucro Líquido (Prejuízo) Por Lote de Ação do Capital Social	<u>(6,1899)</u>	<u>(1,6542)</u>	<u>(6,1899)</u>	<u>(1,6542)</u>
	*	*	*	